

Apresentação

A InSURgência continua

A continuidade do fazimento da produção sócio-acadêmica crítica é o que apresentamos no segundo volume da *InSURgência: Revista de Direitos e Movimentos Sociais*. Assumimos, cada vez mais, o desafio de fazer desta Revista um veículo de produção e circulação de conhecimentos, instrumento político de valorização dos movimentos sociais e de reconfiguração da pesquisa e dos direitos.

Na capa da presente edição a provocante imagem de uma *arpilleira* produzida pelo Coletivo Nacional de Mulheres do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), gentilmente cedida pela Coordenação Nacional do MAB, aborda a sugestiva pergunta: “onde estão os nossos direitos?”. Na parte central, o mapa do Brasil é entrecortado internamente por sucessivas cenas das principais violações de direitos sofridas pelas mulheres em contexto de implantação e operacionalização de barragens, mas com um toque distinto (ou mais angustiante), pois, na verdade, “[t]odo o Brasil está dentro de uma grande barragem” (2015: 16)¹, é dizer, imerso numa matriz energética que é parte do modelo de desenvolvimento capitalista, o qual reproduz historicamente as graves violações de direitos à população, privatizando os recursos naturais – e os lucros advindos da exploração – que deveriam ser públicos e democratizando apenas as mazelas sociais e os prejuízos aos meio ambiente.

Num momento em que o Brasil vive uma de suas mais graves crises político-econômicas da história, em que um Congresso marcado por escândalos de corrupção alia-se a setores da grande mídia, do Poder Judiciário, da indústria e do agronegócio para empreender um golpe à democracia e à Constituição Federal de 1988 (CF/88), mediante a mo-

1 Cf. MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. *Arpilleiras: bordando à resistência*. São Paulo: MAB, 2015. Disponível em: <<<http://www.mabnacional.org.br/publicacao/exposi-arpilleras-bordando-resistencia-cat-logo>>>.

bilização e manipulação do processo de admissibilidade e votação do impedimento da presidenta Dilma Rouseff; uma nuvem de incertezas e de temerárias projeções paira sobre “nossas cabeças” e nos faz repetir a reflexão da *arpilleira*, particularmente antevendo a agudização das ameaças sobre os modos de vida e os direitos de povos e comunidades tradicionais, a reforma agrária e a sustentabilidade socioambiental.

Para agravar o processo histórico de “usurpação das terras e das gentes²”, o Golpe de Estado em andamento no Brasil sinaliza retrocessos nas conquistas e desconstitucionalização dos direitos e garantias sociais dos povos e comunidades tradicionais. A título de exemplo, podemos citar a transferência da política quilombola para a pasta do Ministério da Educação, comandada por Mendonça Filho (DEM/PE). Este fato sinaliza o fim da efetivação da política econômica e social, considerando que este partido é o autor da ação direta de inconstitucionalidade (ADIN nº 3239) contra o Decreto nº 4.887/2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes de comunidades dos quilombos. Além da ofensiva no Poder Executivo, é importante lembrar que a bancada “BBB” (Bala, Boi e Bíblia) possui hegemonia no Congresso Nacional e é responsável pela condução de diversos projetos de lei que buscam limitar o acesso e o alcance dos direitos dos povos indígenas, comunidades quilombolas, do meio ambiente e de outras comunidades tradicionais.

É justamente neste período nebuloso e “pessimista” que a *InSURgência: Revista de Direitos e Movimentos Sociais* e o IPDMS cobram uma atuação acadêmico-militante que possa oferecer subsídios críticos sobre aspectos relevantes do tema proposto no dossiê, e que balizou, também, a organização de outras seções da Revista.

Não entoamos esse grito de revolta pelo simples fato de tecermos a construção do segundo volume da Revista ou pela posição crítica assumida pelo IPDMS, mas, fundamentalmente, porque as ruas estão clamando e os movimentos sociais estão se mobilizando para fazer frente

2 Expressão utilizada pelo Professor Carlos Frederico Marés para intitular a Aula Inaugural, proferida no âmbito das atividades do Programa de Pós-Graduação Direitos Sociais do Campo – Residência Agrária (CNPq, INCRA-PRONERA e UFG/ Regional Goiás). Está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YZ82LkGQFgs>, visita realizada em 24/05/2016.

às ameaças de retrocesso social e jurídico, na defesa na defesa dos aspectos elementares – por certo, também, normativo – da democracia e da CF/88. Não como um mínimo de garantias a serem mantidas ou como a “defesa do possível”, mas de processo dialético de permanente disputa pelo Estado, pelo Direito e pela matriz político-econômica nacional, antevendo, nesse processo, o fio da esperança militante, como diria Paulo Freire, por dias melhores no futuro, feitos por dias de luta no presente.

Assim, neste volume, apresenta-se o dossiê temático “Povos e Comunidades Tradicionais, Questão Agrária e Conflitos Socioambientais”, coordenado pelos líderes do Grupo de Trabalho homônimo do Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS), o Prof. Dr. Carlos Marés (PUC/PR), a Profa. Dra. Mariana Trotta Dellalana Quintans (UFRJ) e a Profa. Dra. Erika Macedo Moreira (UFG), os quais coordenaram a chamada pública que logrou reunir 14 artigos sobre as temáticas dos povos indígenas, comunidades quilombolas, povos e comunidades tradicionais, reforma agrária, conflitos no campo, modelos de desenvolvimento e educação escolar diferenciada. Os artigos traduzem cada um desses elementos temáticos enquanto reivindicações de direitos humanos e também como espectros de lutas sociais que mobilizam determinados sujeitos coletivos para o tensionamento das opressões sociais e expansão da cidadania.

A orientação para organização dos trabalhos seguiu a mesma linha da ementa da chamada pública e da divisão temática do dossiê. O *primeiro grupo de artigos* destaca reflexões teóricas e empíricas sobre o protagonismo dos povos indígenas, comunidades quilombolas e comunidades tradicionais na luta pelo território e contra as diversas formas de violações de direitos, iniciando pelo trabalho de Bruce Gilbert e perpassando os artigos de Jane Felipe Beltrão, Ib Sales Tapajós, João Paulo de Oliveira Moreira e Pádua Fernandes. O *segundo grupo de trabalhos* reúne discussões sobre reforma agrária e conflitos no campo que tensionam o acesso à terra, aos recursos naturais e aos direitos sociais, inaugurado pelo trabalho de Maria Isabel Tancredo e envolvendo as produções de Ramon Torres Araujo, Maria do Socorro Diógenes Pinto, Tayro Leopoldo de Oliveira Bezerra, Tayse Ribeiro de Castro Palitot, Camila Kayssa Targino Dutra e Donária Souza Silva. Por fim, o *terceiro leque de artigos* alinha-se na análise dos efeitos do modelo de desen-

volvimento pautado em grandes empreendimentos econômicos, abordando tanto aspectos de análise dos instrumentos jurídicos e políticas estatais, quanto às mobilizações desenvolvidas pelos sujeitos coletivos para resistência às lógicas de implantação e extermínio dos modos de vida, iniciado pelo trabalho de Maria Augusta Assirati e continuado nos artigos de Lourdes Eddy Flores Bordais, Lídia Maria de Oliveira Morais, Mônica Celeida Rabelo Nogueira, Karen Daniele de Araújo Pimentel, Lucas Isaac Soares Mesquita e Celso Antônio Favero.

Em termos organizacionais, a seção do dossiê é antecedida pelos *Diálogos Insurgentes* que contém duas entrevistas: a primeira, com Joan Martinez-Alier, professor da Universidade Autônoma de Barcelona, abordando assuntos que vão da explicação do seu conceito de ecologismo dos pobres e as formas de crítica e apropriação dele para o contexto da América Latina, até as discussões sobre colonialismo interno e metabolismo social; a segunda, com Rosane Kaingang, militante e intelectual indígena, que reflete sobre a história de constituição das mobilizações político-organizacionais dos povos indígenas, assim como os cenários atuais de ameaças e desafios para com os direitos indígenas.

Na seção de artigos livres, denominada de *Em Defesa da Pesquisa*, conta-se com a presença de dois artigos, o primeiro, de autoria conjunta de Claudio Oliveira Carvalho e Raoni Andrade Rodrigues, reflete sobre as lógicas de construção discursiva da decadência do bairro de Santa Tereza, em Salvador, Bahia, para gentrificação do território e redução da efetividade do direito à cidade, o segundo artigo foi escrito por Jurandir de Almeida Araújo e analisa a violência existente na sociedade brasileira e as formas de incidência na juventude negra com base no entrelaçamento à produção social do racismo.

A próxima seção da Revista destina-se a divulgação de verbetes e é intitulada de *Temas Geradores*, contendo o artigo de Aldemira Ferreira de Almeida sobre a análise histórica da inserção das mulheres nos seringais acreanos com enfoque no período de 1960 até 1980, e o trabalho de Liana Amin Lima da Silva problematizando o conteúdo e os efeitos do Projeto de Emenda Constitucional 215/2000 que busca transferir a responsabilidade sobre a demarcação e titulação de terras indígenas e quilombolas do Poder Executivo para o Poder Legislativo.

A seção *Práxis da Libertação* é destinada ao resgate e valorização de documentos históricos dos movimentos sociais ligados à temática do dossiê, organizado por ordem cronológica. Assim, compilamos documentos internacionais da Via Campesina e da Cumbre Indígena Continental, assim como, no âmbito brasileiro, da Carta Xingu Vivo Para Sempre, da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) e da Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale S.A.

Na penúltima seção, denominada de *Poéticas Políticas*, encontram-se poesias de João Paulo de Oliveira Moreira e de Maria Tereza Queiroz Carvalho, assim como um belo ensaio fotográfico de curadoria de Manuel Munhoz Caleiro, reunindo fotografias que discutem diferentes abordagens do tema do socioambientalismo.

Por fim, na última seção, *Cadernos de Retorno*, reúnem-se resenhas escritas por Assis da Costa Oliveira, Lucas Parreira Alves e Ricardo Preste Pazello de livros publicados recentemente.

Eis que chegamos à conclusão da segunda edição da Revista, sedentos pela necessidade de justiça social e de fortalecimento do Estado Democrático de Direito, divisando um horizonte de desafios que devem ser enfrentados pelos sujeitos sociais, organizados em movimentos sociais ou não, para a defesa da democracia, dos direitos humanos e da luta social.

Por isso, digamos todos e todas: Não Vai Ter Golpe! Nada e ninguém a Temer!

Alexandre Bernardino Costa

Editor-Chefe

Assis da Costa Oliveira

Diego Augusto Diehl

Ricardo Prestes Pazello

Talita Tatiana Dias Rampin

Comitê Editorial

Carlos Marés

Erika Macedo Moreira

Marianna Trotta Dellalana

Quintans

Coordenadores do Dossiê